

CAPOEIRA



Revista de Humanidades e Letras

ISSN: 2359-2354

Vol. 9 | Nº. 1 | Ano 2024 Site/contato
<https://revistas.unilab.edu.br/>

Editores

Dr. Pedro Acosta-Leyva.

email:leyva@unilab.edu.br. Dra. Juliana

Barreto Farias. Email:

julianafarias@unilab.edu.br

**Sheyla Oliveira
Carvalho**

Mestre Sheyla Oliveira Carvalho é Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual da Bahia – UNEB. Especialista em História, Educação e Sociedade – UNEB. Mestre em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras – UNEB. Docente da rede estadual da Bahia. E-mail: sheylaoliveiracarvalho@gmail.com .

ANDREZA MARIA DO ESPÍRITO SANTO: trajetória de uma liberta na Chapada Diamantina (Morro do Chapéu, Bahia, século XIX)

RESUMO

Esse artigo aborda parte da trajetória de Andreza Maria do Espírito Santo, mulata liberta, que foi negociante e acumulou riqueza. Através dela, busquei compreender aspectos da escravidão, da mobilidade social e das relações de compadrio da população negra de Morro do Chapéu, Bahia, durante o Oitocentos. O recorte espacial é a Vila de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, cuja economia era baseada na mineração, na policultura, na criação e no comércio de gado. Sua população era majoritariamente de pardos e pretos, que interagiam numa sociedade fortemente hierarquizada. Para seguir essa personagem, utilizei procedimentos da trajetória e da micro-história, com uso da ligação nominativa. As principais fontes foram inventários, testamentos, livros de nota, livros de batismo e casamento.

Palavras-chave: Bahia; escravidão; liberdade.

ABSTRACT

This article addresses part of the trajectory of Andreza Maria do Espírito Santo, a free mulatta, who was a businessman and accumulated wealth. Through it, I sought to understand aspects of slavery, social mobility and crony relationships among the black population of Morro do Chapéu during the 19th century. The spatial area is the village of Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, whose economy was based on mining, polyculture, cattle breeding and trade. Its population was mostly mixed-race and black people who interacted in a strongly hierarchical society. To follow this character, I used trajectory and micro-history procedures, using the nominative link. The main sources were inventories, wills, note books, baptism and marriage books.

Keywords: Bahia; slavery; freedom.

Introdução

Em 2 de setembro de 1864, o oficial de justiça da Vila de Jacobina percorreu 20 léguas até a recém-criada Vila de N. S. da Graça de Morro do Chapéu, localizada na Chapada Diamantina, Bahia, para entregar uma intimação à Andreza Maria do Espírito Santo. Mas não a encontrou. Depois, foi informado que ela estava no Ventura, distrito de grande importância econômica para Morro do Chapéu, em razão da mineração de diamantes (Sampaio, 2009). Então, o despachante viajou mais 4 léguas para ir ao encontro de Andreza, que assim que o avistou se ocultou na casa de um vizinho. Para não perder a viagem, o oficial passou a carta ao vizinho, afinal, tinha percorrido uma longa distância, supondo que no lombo de um cavalo ou de uma mula, para cumprir sua missão.¹

A intimação era por conta da cobrança de uma dívida no valor de 3:669\$228 de réis que Andreza possuía originalmente com o negociante Joaquim Pacheco de Miranda. Essa dívida havia sido repassada, por meio de compra, ao capitão Florêncio Rodrigues de Oliveira, homem branco, negociante, também residente em Morro do Chapéu, que resolvera executá-la. A situação descrita até aqui não era incomum, muitas dívidas eram vendidas e cobradas judicialmente. Entretanto, a história de Andreza despertou-me atenção por se tratar de uma liberta, descrita como mulata na carta de alforria, que dispunha de crédito junto a negociantes brancos e tocava uma sortida casa de negócio de secos e molhados na sede da vila.²

Diante dessas informações surgiram alguns questionamentos sobre a trajetória dessa mulher negra que transpôs os limites do cativo para construir uma vida em

¹Processo de cumprimento de sentença contra Andreza Maria do Espírito Santo, 1864. Morro do Chapéu BA, Fórum Clériston Andrade (doravante FCA), Processos Criminais, Sala dos Processos Criminais, cx. 1840-1869. Agradeço ao historiador Jackson Ferreira por ter me permitido acessar o acervo digitalizado do fórum. Ferreira sinalizou que, quando os documentos foram digitalizados por ele, em parceria com o também historiador Moisés de Oliveira Sampaio, algumas caixas estavam classificadas com anos diferentes daqueles apresentados nos documentos. Esse descompasso não ocorre com o documento aqui citado, mas poderá ocorrer com outros utilizados no decorrer desse trabalho.

² Até o ano de 1838 Morro do Chapéu era um arraial pertencente à Vila de Santo Antônio da Jacobina. Nesse ano ela foi elevada à condição de freguesia com o nome de N^a. S^a. da Graça do Morro do Chapéu em homenagem à capela em devoção à Nossa Senhora da Graça. Ela ficou na condição de freguesia pertencente à Jacobina até 1864, quando foi transformada em vila como mesmo nome. Andreza e seu marido José foram testemunhas desse processo de crescimento em direção à emancipação do então arraial em freguesia e posteriormente em vila.

liberdade. Em quais condições viveu essa mulher? Como conquistou a alforria? Quais redes de sociabilidade constituiu para garantir a sobrevivência em uma sociedade escravista do século XIX, localizada no sertão da Bahia? Para responder a essas perguntas, consultei diversos documentos e fiz uso das metodologias da ligação nominativa (Ginzburg, 1889), da trajetória (Mamigonian, 2010; Farias, 2015; Reis, 2016; Sampaio, 2017; Ferreira, 2018), do cruzamento de fontes e da historiografia sobre a região para reconstruir o cenário no qual Andreza viveu enquanto escravizada e liberta, suas redes de compadrio, e as estratégias utilizadas por ela para conquistar riqueza e proteção em uma sociedade dominada por homens brancos detentores de terra, gado e gente.

A trajetória de Andreza Maria do Espírito Santo nos permite compreender as possibilidades que estavam disponíveis a mulheres e homens negros que viviam na Chapada Diamantina nos Oitocentos. Dito isso, esse artigo tem como objetivo compreender aspectos da escravidão, da mobilidade social e das relações de compadrio da população negra de Morro do Chapéu durante o século XIX, mais precisamente entre os anos de 1821, data do nascimento de Andreza, e 1873, quando ocorreu o casamento de sua segunda filha.³

A análise da trajetória de Andreza não está dissociada da trajetória de seu marido, ex-senhor e também liberto, o africano José Gomes de Araújo, afinal, suas vidas estiveram entrelaçadas por muitos anos, como veremos adiante. Dessa forma, à medida que conhecemos as ações de Andreza por autonomia, mobilidade, na gerência de seus bens e em suas estratégias para construir uma rede de solidariedade que lhes oferecesse proteção e amparo nos momentos de dificuldades, também conheceremos as estratégias de José.

Morro do Chapéu

O povoamento do interior da Bahia seguiu o trotar das boiadas. Nas veredas abertas pelo gado foram surgindo fazendas, povoações, distritos e vilas nas áreas mais propícias, geralmente próximo das fontes de água, tão necessárias para o gado e para os humanos,

³ Registro de Batismo de Andreza, 17 de junho de 1821. Jacobina-BA, Paróquia de Santo Antônio (PSA), Livro de Batismo 1818-1828, fl. 47; Registro de casamento de Manoel Lídio Soares e Guilhermina Gomes de Araújo, 24 de janeiro de 1873. Morro do Chapéu-BA, Paróquia de Nossa Senhora da Graça (PNSG), Livro de Casamento 1867-1874, fl. 73-73v.

considerada um recurso estratégico numa região afetada por estiagens e secas (Neves, 2005; Neves; Miguel,2007). O território que viria a constituir a Vila de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu foi ocupado por fazendas de gado pertencentes à Casa da Ponte. André João Antonil (1982, p. 200) registrou em sua obra a importância dos currais instalados pelos Guedes de Brito na região como locais relevantes para abastecimento da Capitania da Bahia e apontou suas posses: “os herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes possuem desde o morro dos Chapéus até a nascente do rio das Velhas” Durante os oitocentos a economia do sertão baiano continuou sendo fortemente influenciada pela pecuária, apesar da ocorrência da mineração de diamantes na região que hoje é conhecida como Chapada Diamantina, incluindo Morro do Chapéu.

De acordo com informações apresentadas pelo historiador Raphael Rodrigues Vieira Filho (2006), em seu trabalho sobre os negros em Jacobina, no ano de 1836, a população de Morro do Chapéu, então um arraial, era de 1.669 habitantes. Desse total, 1.465 indivíduos eram livres, 23 libertos e 181 escravizados (VIEIRA FILHO, 2006, p. 96). Depois de 20 anos, Morro já havia se tornado freguesia e, no contexto da mineração de diamantes, sua população saltou para 9.190 pessoas, divididas em 8.450 livres e 740 escravizadas (VIEIRA FILHO, 2006, p. 100). As informações apresentadas por Vieira Filho indicam um crescimento da população cativa, possivelmente em razão da mineração de diamantes, descobertos em vários pontos da Chapada Diamantina no início da década de 1840.

O Censo de 1872 apresentou a então Vila de N. S. da Graça de Morro do Chapéu subdividida em duas paróquias: Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu e Nossa Senhora da Conceição do Mundo Novo, que juntas somavam 11.552 habitantes, sendo 10.892 livres e 660 escravizados. Sobre a cor da população livre, este estudo informou que os brancos eram 36% da população; os pretos, 17%; os caboclos, diminutos 1%; e os pardos, 46%. A partir desses dados, podemos afirmar que a população livre era constituída em sua maioria por indivíduos com ascendência africana, pois somados pretos e pardos –mestiços, geralmente oriundos dos relacionamentos entre brancos e africanos ou crioulos – representavam 63% da população livre. (IBGE, 1872, p.403-408)

O crescimento população observado em Morro do Chapéu na segunda metade do século XIX foi um dos desdobramentos da mineração de diamantes apontada por Moiseis de Oliveira Sampaio (2017) como a atividade econômica responsável pela emancipação

da freguesia em 1864, desmembrando-se da Vila de Santo Antônio da Jacobina. Apesar da importância da mineração, foi a pecuária a atividade econômica mais relevante desde o período de colonização da região e assim se manteve ao longo do século XIX. Foi a lida com o gado que abriu as estradas, fixou os povoados, permitiu a aproximação e a interação das pessoas nas imensidões dos tabuleiros, vales, matas, desertos e caatingas que compunham a diversificada geografia morrense. Eram os grandes criadores de gado os mais poderosos do lugar. Eles detinham os títulos da Guarda Nacional e ocupavam os cargos públicos. Contudo, necessitavam de dependentes escravizados, libertos e livres para manter o domínio de suas extensas propriedades, cultivar suas terras e cuidar de seus rebanhos. Até 1850, quando foi estabelecida a Lei de Terras que determinou o registro das posses fundiárias no Brasil, possuir agregados morando nas fronteiras das fazendas era crucial para comprovar a posse da terra.

Nesse contexto econômico, alguns escravizados conseguiram amealhar recursos suficientes para comprar a alforria. Geralmente seus rendimentos provinham de roças próprias, onde plantavam mandioca, e de pequenos negócios realizados dentro das fazendas e sítios onde viviam ou na feira da vila. É importante destacar também que Morro do Chapéu se caracterizava pela pequena posse de escravizados, o que possibilitava uma convivência mais próxima entre os senhores e seus cativos. Essa proximidade em alguns casos foi crucial para a conquista de pequenos espaços de autonomia, como autorização para possuir roça própria ou criar animais que, por sua vez, eram essenciais para a acumulação de pecúlio e conquista da alforria.

Não devemos confundir a relação direta entre senhores e escravizados com ausência de hierarquia entre os moradores de Morro, pelo contrário, a sociedade morrense se organizava com base em um sistema hierárquico que Jackson Ferreira chamou de gradação de dependência. Para esse autor, as hierarquias eram construídas “[...] por diferentes questões: étnicas, raciais, origem, posses, confiança e por sentimentos afetivos difíceis de mensurar a partir da documentação disponível. Eram através destas questões que os dependentes se movimentavam procurando vantagens para si e seus familiares.” (2018, p. 387-388).

A alforria e o casamento de Andreza

Andreza Maria do Espírito Santo nasceu em Jacobina em 1821. Nesse período Morro era um arraial com uma capela em devoção a N^a. S^a. da Graça.⁴ Não sei ao certo quando ela fora comprada pelo africano José Gomes de Araújo. Suspeito que isso tenha ocorrido antes de 1844, portanto, quando ele ainda pertencia ao padre português Francisco Gomes de Araújo, capelão e, posteriormente, padre titular da matriz de N^a. S^a. da Graça do Morro do Chapéu. A julgar pelas informações contidas nas fontes, Andreza e seu senhor viviam uma relação marital desde 1848, quando foi batizada uma filha do casal de nome Maria⁵. Suponho que a relação consensual entre ambos motivou o africano José a alforriar Andreza em 1850:

Saibam quantos este público instrumento de carta de liberdade, virem, que sendo no ano do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos, e cinquenta, aos doze dias do mês de outubro do dito ano, nesta Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, termo da Jacobina, e em meu Cartório comparecerão José Gomes de Araújo, reconhecido por mim Escrivão, e das testemunhas adiante nômadas, e no fim deste Instrumento assinados, perante as quais me disse o outorgante, que era Senhor, e possuidor de uma escrava de nome Andreza Nação mulata, cuja Escrava houve por compra ao Senhor Olímpio de Araújo Cambuy, e esta pelos bons serviços que lhe tem dado, e pelo amor que lhe tenho a forro, e forra a tem de já para sempre, como se nascesse de ventre livre e desde já poderá gozar de liberdade, por vontade deste Instrumento [...]⁶.

Três anos mais tarde, em 24 de março de 1853, Andreza contraiu matrimônio com seu ex-senhor, quando este se encontrava em perigo de morte. A cerimônia foi realizada em casa, na presença do Reverendo José Victorino Cezar. Com essa atitude, José legitimou sua família, tornando-os seus legítimos herdeiros, e fez as pazes com a Igreja, preparando-se para a morte, que não chegou de imediato. Depois de 11 dias, recebeu “as bênçãos nupciais na forma do Ritual Romano” do Vigário Francisco Gomes de Araújo,

⁴ Registro de Batismo de Andreza, 17 de junho de 1821. Jacobina-BA, Paróquia de Santo Antônio (PSA), Livro de Batismo 1818-1828, fl. 47

⁵ Registro de batismo de Maria, escravizada, 31 de dezembro de 1848. Morro do Chapéu-BA, PNSG, Livro de Batismo 1838-1860, fl. 73

⁶ Registro de Carta de liberdade da escravizada Andreza, 12 de outubro de 1850. Morro do Chapéu-BA, FCA, Livro de Nota, 1849-1852, Tabelionato, fl. 31v-32v.

na Igreja Matriz⁷. A atitude do casal em oficializar a união pode ser compreendida como uma estratégia adotada para garantir o futuro de Andreza e sua prole.

Na sociedade oitocentista, o casamento garantia a legitimidade das uniões e o reconhecimento dos filhos e, principalmente, o direito à herança. Na visão da Igreja Católica o matrimônio se constituía em espaço ideal para a reprodução da espécie humana e contenção das tentações da carne. Porém, como dizem diferentes autoras, como Mattoso (1988), Rocha (2009) e Ferreira (2023), no século XIX, ainda era muito complicado casar na Igreja, por ser necessário abrir um processo chamado de banho ou dispensa de impedimentos para comprovar que se estava apto a contrair matrimônio. Dentre os documentos solicitados, estavam a certidão de batismo, uma prova de que era livre e certidão de óbito, no caso dos viúvos. Eram feitos os proclames do casamento nas missas de domingo e dias santos em todas as paróquias que os noivos haviam residido. Todavia, para o casamento de Andreza e José, realizado ante a morte eminente, parece que esse demorado trâmite não foi seguido.

Durante o século XIX a maioria dos matrimônios realizados no Brasil seguiam o regime de comunhão de bens, também conhecido por “carta de metade”. Segundo esse regime, os bens presentes e futuros de cada nubente, assim como “passivos” e “ativos”, pertenciam igualmente aos dois. Entretanto, as doações recebidas antes ou depois da união eram excluídas da comunhão dos bens. Ainda era possível aos noivos optarem por um contrato de casamento ou pela separação total de bens. Andreza e José não declararam separação de bens ou elaboraram um contrato de casamento, sendo assim, a união ocorreu segundo o regime de “carta de metade”. Realizado o matrimônio “em perigo de morte”, José reconheceu suas duas filhas e, ao mesmo tempo, deu a Andreza o *status* de esposa e meeira.

O matrimônio de Andreza e José só foi realizado em um momento em que se temia a morte, após anos de convivência, parceria e relações de dominação, afinal, a agora esposa havia sido escravizada pelo marido. Aliás, como bem sinalizou João José Reis (1991), não havia momento mais propício para organizar as pendências e admitir os pecados do que na hora da morte. Não sabemos quais os motivos que os impediram de oficializar a união antes, porém, é conhecido da historiografia que as relações ditas

⁷ Registro de casamento de José Gomes de Araújo e Andreza Maria do Espírito Santo, 24 de março de 1853. Morro do Chapéu-BA, PNSG, Livro de Casamento 1838-1867, fl. 60.

“ilícitas”, ou como “concubinato”, eram largamente difundidas no Brasil desde os tempos coloniais. Conforme afirmou Mattoso (1988), era uma prática corriqueira, presente em diferentes grupos socioeconômicos, sendo predominante entre os mais pobres, incluindo-se aí os libertos.

Um detalhe que não pode passar despercebido na trajetória do casal Andreza e José é a origem. José era africano e Andreza, natural do Brasil. Assim, esse matrimônio fugia ao padrão apontado pela historiografia para as uniões de africanos no Brasil, que costumavam escolher uma companheira africana para o casamento, de preferência do mesmo grupo étnico (Farias, 2012 e 2015; Reis, 2007). A relação entre Andreza e José seria uma exceção que confirma o padrão já identificado pela historiografia da família negra no Brasil ou uma peculiaridade local? Vejamos.

Diferentemente dos estudos acima apresentados que têm como lócus Salvador e Rio de Janeiro, pujantes centros urbanos, regularmente reabastecidos de mão de obra africana durante todo o período do tráfico de escravizados, Morro do Chapéu era um pequeno arraial do sertão da Bahia com boa parte de sua população parda, ou seja, mestiça. Nessa realidade demográfica pode ter sido difícil para o africano José encontrar uma parceira de mesma origem.

Digo difícil, não impossível. Durante a pesquisa encontrei algumas africanas alcançando a liberdade, outras sendo batizadas ou levando seus filhos à pia batismal para receber os santos óleos. Morro do Chapéu possuía uma população crioula de primeira e segunda gerações, que deveria guardar valores e comportamentos do universo identitário africano. Os descendentes dos africanos continuavam a fazer parte das redes de solidariedade de seus pais, por isso, eram preferidos como parceiros quando o mercado matrimonial não oferecia muitas opções. Mas José não fez essa escolha.

O que teria guiado José, um africano, a unir-se a uma mulata? Quem nos aponta uma hipótese é Maria Inês Cortês de Oliveira, em seu artigo “Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX”, no qual, além de constatar a predominância do casamento endogâmico entre os africanos, preferencialmente, entre os ditos “parentes de nação”, também relatou brevemente o caso de um africano casado com uma crioula. Conforme essa autora, a escolha do africano estaria ligada ao fato de ter chegado ainda muito novo ao Brasil e ter vivido sua infância ao lado de outras crianças crioulas, o que possibilitou uma maior integração ao ambiente

brasileiro (Oliveira, 1995-1996). Bem, José foi comprado na Bahia em 1824, ainda moleque, pelo Padre Francisco Gomes de Araújo, residente em Jacobina. Assim, José passou a viver em companhia de seu senhor, estabelecendo desde muito jovem contato com a cultura sertaneja.

Um outro indício que permite pensar a razão de José optar por uma companheira nascida no Brasil, ao invés de uma africana, foi o perfil da posse de escravizados em Morro do Chapéu. Analisando os inventários, constatei que a quantidade de escravizados por proprietários em Morro era baixa quando comparada a outras regiões da Bahia, como o Recôncavo ou mesmo vilas vizinhas, como Lençóis. Muitos proprietários não possuíam mais que dois ou três cativos. Claro que existiam alguns com algumas dezenas, mas não era o padrão. Além disso, havia a dimensão geográfica de Morro, que possuía um território extenso, formado por grandes propriedades separadas umas das outras por muitas léguas.⁸ Essas condições poderiam impactar na dispersão dos escravizados, até mesmo de um único senhor, dono de várias propriedades de terras.

Sendo um africano liberto de posses, José poderia escolher sua companheira dentro da pequena comunidade africana local, ou mesmo entre as numerosas crioulas de primeira geração. Mas ele preferiu Andreza, uma mulata, nascida na Vila de Jacobina e sua cativa. Desconfio que a escolha não tenha se baseado apenas no afeto. O fato de ser senhor dava a José a oportunidade de dispor sexualmente de Andreza. E a historiografia está repleta de exemplos de senhores que mantiveram relações sexuais com suas cativas (Reis, 2012). Dessas “relações ilícitas”, muitas vezes permeadas pela violência, nasceram muitos pardos e mulatos. Alguns eram ignorados pelos pais, outros, libertados na pia batismal e reconhecidos através do perfilhamento em cartório ou em testamento. O próprio José libertou, na pia batismal, a primeira filha que teve com Andreza quando ainda era sua cativa.

Os indícios presentes nas fontes até agora consultadas permitem vislumbrar um José “africano ladino” (REIS, 2016, p. 62), que conhecia muito bem a estrutura socioeconômica morrense, e os caminhos para se movimentar pelo sertão e fazer bons

⁸Vieira Filho (2009, p. 82) apresenta um quadro constando o tamanho de cada freguesia da vila de Jacobina. Morro do Chapéu teria então 34 léguas de norte a sul. Levando em conta que uma légua correspondia aproximadamente a 6 km a freguesia teria cerca de 204 km de extensão (Ferreira, 2018, p. 132). Em segundo lugar estava a freguesia de N. S. de Monte Alegre, com 16 léguas, ou 96 km, e a freguesia de Santo Antônio da Jacobina, sede da vila, com 14 léguas, ou 84 km de extensão norte a sul. Ou seja, a freguesia de Morro do Chapéu tinha mais que o dobro de tamanho que a segunda colocada.

negócios. Ele havia sido escravizado do padre Francisco Gomes de Araújo, ao lado do qual adentrou as propriedades dos figurões locais e, aos poucos, conquistou um lugar na complexa cadeia de dependência estabelecida entre os grandes proprietários e os diversos subalternos. José circulava por Morro do Chapéu e mantinha relações com seus moradores desde que foi comprado pelo padre em 1824. Faço essa afirmação por constar, entre os herdeiros do padre, uma filha de nome Maria Josefa⁹, nascida em 1823, e por saber que seu irmão, o também Reverendo José Antônio Gomes de Araújo, atuava como capelão em Morro do Chapéu desde 1815.¹⁰ Na condição de cativo, ainda “moleque”, José deveria acompanhar seu senhor em suas viagens, inclusive para Morro do Chapéu, local onde o padre tinha interesses particulares.

Construir relações dentro da sociedade morrense foi fundamental para José traçar seu caminho para a vida em liberdade. Um lugar na gradação de dependência rendia-lhe favores e proteção. Na ocasião da alforria de Andreza, José recebeu um pequeno favor do poderoso coronel Quintino Soares da Rocha, que assinou a rogo dele a manumissão. No mesmo documento, temos a presença como testemunha de mais dois homens brancos da elite de Morro. A assinatura a rogo era necessária porque José não sabia escrever, desta maneira, precisava de uma pessoa letrada para fazer seus registros escritos. Essas informações contidas na carta de alforria de Andreza indicam as relações construídas por José no seio da elite branca e escravista de Morro do Chapéu.

A alforria e o posterior casamento de Andreza ocorreram anos após José pagar a vultuosa quantia de 1 conto e 600 mil réis (1:600\$000) por sua manumissão no ano de 1844. Esse valor era suficiente para comprar cerca de 123 bois adultos em Morro do Chapéu.¹¹ Segundo Raphael Vieira Filho, esse valor era “quatro vezes a média encontrada para a mesma faixa etária e ano nos Registros de Compras, Vendas e Doações, e cinco vezes a média da Tabela de Maria José para Salvador [...]” (2006, p. 167). Suponho, com

⁹ Em seu inventário o padre Francisco Gomes de Araújo reconheceu mais 10 filhos tidos com mais duas mulheres. Testamento e Inventário de Francisco Gomes de Araújo, 1855-1863. Salvador, APEB, Seção Judiciária, Testamentos e Inventários, class. 03/1317/1786/15.

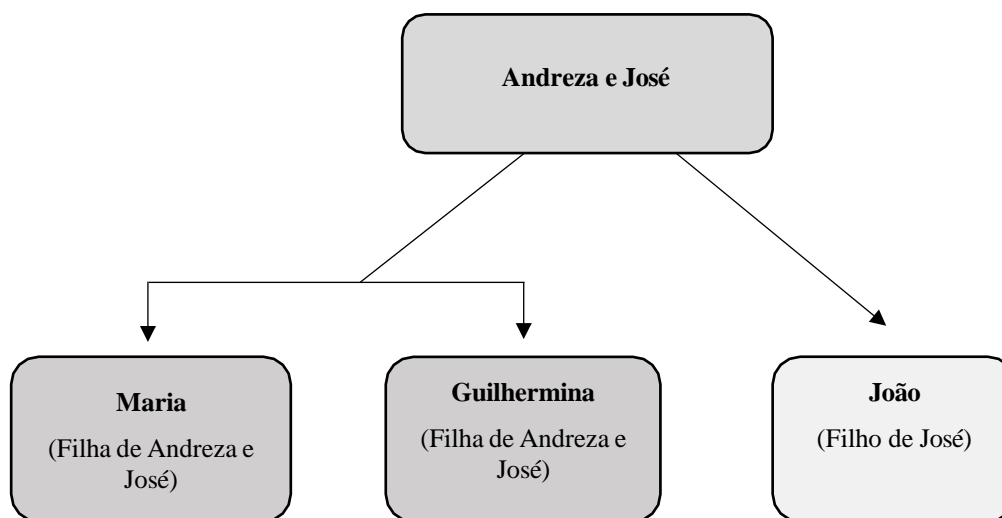
¹⁰ Faço essa afirmação com base no registro de Lúcio, irmão do memorialista Honório de Souza Pereira. Registro de batismo de Lucio, 29 de outubro de 1815. Jacobina-BA, Paróquia de Santo Antônio (PSA), Livro de Batismo da, 1815-1818, fl. 18. Antes do padre Francisco Gomes de Araújo assumir as funções na capela de N^a. S^a. da Graça no então Arraial do Morro do Chapéu, os sacramentos eram ministrados pelo seu irmão, o padre José Antônio Gomes de Araújo e, posteriormente, por outro pároco. Conferir os livros eclesiásticos da Igreja de Santo Antônio de Jacobina a partir de 1814.

¹¹ Tomei por base o valor do gado avaliado no inventário do senhor de José, o padre Francisco Gomes de Araújo, que recebeu o valor unitário de 13 mil réis (13\$000).

base em informações contidas no inventário do vigário Francisco, que o pecúlio acumulado por José foi oriundo das atividades que ele desenvolveu como cativo-administrador dos negócios de seu senhor, Francisco Gomes de Araújo, de quem José adotou o nome.

Além de padre, Francisco era criador de gado vacum, produtor de muares, tropeiro, boticário e emprestava dinheiro. Nem sempre ele podia se ausentar da vila, sendo assim, penso que José desempenhava um papel valioso, guiando a tropa e/ou as boiadas até Salvador, o que justificaria seu alto preço. Nessas andanças, imagino que ele fez contatos com gente variada, negociou para o padre e para si, até acumular pecúlio suficiente para pagar por sua alforria e construir uma vida em liberdade como negociante. Não descarto a possibilidade de José ter trabalhado também como vaqueiro, porém, prefiro supor que ele era um habilidoso comerciante.

Diagrama 1: A família de Andreza



Fonte: elaborado pela autora a partir de documentos diversos.¹²

¹² Registro de casamento de José Gomes de Araújo e Andreza Maria do Espírito Santo, 24 de março de 1853. Morro do Chapéu-BA, PNSG, Livro de Casamento 1838-1867, fl. 60. Registro de batismo de Maria, escravizada, 31 de dezembro de 1848. Morro do Chapéu-BA, PNSG, Livro de Batismo 1838-1860, fl. 73. Registro de compra e venda de duas partes de terras uma na fazenda Santo Antônio e outra na Campo Alegre feita por João Gomes de Araújo à José Theodoro de Araújo, 26 de maio de 1862. Morro Chapéu-BA, FCA, Livro de Nota 1861-1869, Tabelionato, fl. 15-16. Registro de casamento de Manoel Lídio Soares e Guilhermina Gomes de Araújo, 24 de janeiro de 1873. Morro do Chapéu-BA, PNSG, Livro de Casamento 1867-1874, fl. 73-73v.

Os negócios de José e Andreza

A década de 1840 foi marcada pela descoberta de diamantes em Morro do Chapéu e em outros pontos da Chapada Diamantina, como Lençóis, o que atraiu um grande contingente populacional para a recém-criada freguesia (Martins, 2013; Mattoso, 1992; Sampaio, 2009). Esse crescimento demográfico foi benéfico para o africano José, que pôde aumentar suas transações comerciais e auferir lucros. Foi nessa década que José pagou pela sua alforria. Após se recuperar do alto investimento que foi adquirir sua liberdade, comprou, em agosto de 1849, uma casa na rua do Fogo, coberta de telhas, pelo valor de 200 mil réis (200\$000). Essa compra indica que os negócios do liberto africano caminhavam bem.

A trajetória econômica de José continuou ascendente durante os primeiros anos da década de 1850. Nesse período, após alforriar sua escravizada e companheira Andreza, diversificou ainda mais seus negócios, comprando duas partes de terras e uma escravizada. Pela primeira parte de terras, situada nas serras denominadas Santo Antônio, pagou 400 mil réis (400\$000), o mesmo valor que desembolsou pela cativa Maria, cabra de 22 anos, em 1853. E, pela segunda parte de terras, que ficava na Fazenda Campo Alegre, pagou 250 mil réis ao também negociante José Theodoro de Araújo, em 1854. Nesse período, Andreza também se mostrava como mulher de negócios e, em 1853, realizou a aquisição de um escravizado pardo de nome Alexandre, pelo valor de 800 mil réis (800\$000). Esse dinheiro provavelmente era fruto de seu trabalho como comerciante¹³.

Elisangela Oliveira Ferreira, estudando sobre Xique-Xique, no Médio São Francisco, afirmou que o comércio permitia um rápido acúmulo de capitais. Entre as maiores fortunas estudadas por essa autora, figuravam indivíduos com dupla titulação, “proprietários e negociantes”, que financiavam a produção agrícola e outros pequenos negócios a juros de 2% ao mês. Contudo, as vantagens oferecidas pelos negócios não faziam da terra opção menos atrativa de investimento. Pelo contrário, “a posse de terras,

¹³ Registro de compra e venda de uma posse de terra nas serras denominada Santo Antônio, 6 de março de 1851. Morro do Chapéu-BA, FCA, Livro de Nota 1849-1852, Tabelionato, fl. 44-46v; Registro de compra e venda da escravizada Maria, 18 de março de 1853. Morro Chapéu-BA, FCA, Livro de Nota 1849-1852, Tabelionato, fl. 4-5v; Registro de compra e venda da metade da posse de terra da Fazenda Campo Alegre, 18 de fevereiro de 1854. Morro Chapéu-BA, FCA, Livro de Nota 1853-1855, Tabelionato, fl. 28v-31; Registro de compra e venda do escravizado Alexandre, 12 de julho de 1853. Morro Chapéu-BA, FCA, Livro de Nota 1853-1855, Tabelionato, fl. 10-11.

gados e escravos servia de base material para a consolidação da riqueza, prestígio e poder” (Ferreira, 2023, p. 179).

José, ao lado de Andreza, conduzia seus negócios para a consolidação, quando faleceu em data ainda desconhecida. Sua última negociação registrada foi a compra, em 18 de fevereiro de 1854, da parte de terras na Fazenda Campo Alegre. Em 9 de novembro de 1855, quando Andreza vendeu o escravizado Afonso por 200\$000, informou que havia herdado o cativo de seu falecido marido. Não encontrei o registro de óbito de José, nem tampouco seu testamento ou inventário. Podemos atribuir a ausência do assento de óbito ao falecimento do padre Francisco em 1º junho de 1855. Por quase um ano, poucos registros foram realizados nos livros de batismo, casamento e óbito de Morro. A “normalidade” voltou apenas no ano seguinte, quando outro pároco assumiu a chefia da matriz. Suponho que José faleceu entre junho e outubro de 1855. A ausência do inventário do casal dificulta o conhecimento dos bens e a compreensão do cotidiano dos libertos. Diante dessa impossibilidade, usei os dados presentes nos livros de notas e no processo de execução de hipoteca contra Andreza Maria do Espírito Santo, já citados, para construir um quadro com os bens pertencentes ao casal antes do falecimento de José.

O Quadro 1 apresenta apenas uma parte dos bens do casal, acredito que existissem mais móveis na casa grande além da mesa de jantar e do estrado. Não conhecemos o valor dos produtos em estoque, não sabemos se a escravizada Maria teve filhos e quantos animais eles possuíam. Enfim, acredito que, mesmo estando seu patrimônio subestimado, o casal José e Andreza possuía mais de 6 contos e 701 mil réis (6:701\$000). Quero destacar aqui o valor da casa grande, que, possivelmente, era local de residência e onde funcionava o negócio de José e Andreza, avaliada em 2 contos e 400 mil réis (2:400\$000), uma das casas mais valiosas que localizei na documentação.¹⁴ O ex-senhor de José, o padre Francisco Gomes de Oliveira, por exemplo, possuía 6 casas, mas nenhuma delas alcançou o valor sequer de 1 conto de réis. Essa casa de José e Andreza serve para imaginarmos as condições materiais conquistadas por esses libertos.

Durante sua vida, José foi senhor de pelo menos quatro cativos: Andreza, Afonso, Maria e Alexandre. É possível supor, com base na ausência de registros de compra e venda

¹⁴ A casa mais valiosa até o momento localizada pertencia à dona Maria Ermelina de Souza Barbosa, casada com o Capitão Antonio Gabriel de Souza Barbosa, na freguesia do Riachão da Utinga. Era um sobrado no valor de 4:000\$000. Esse casal, assim como Andreza e José, vivia dos rendimentos de sua casa comercial no arraial do Riachão de Utinga. Inventário de Maria Ermelina de Souza Barbosa, 1871. Morro do Chapéu-BA, FCA, Processos Cíveis, Sala do Cível, cx. 1871.

nos Livros de notas de Morro do Chapéu, que José adquiriu parte de sua riqueza antes de 1838, quando Morro do Chapéu ainda era um arraial pertencente à vila de Jacobina e as transações de compra e venda eram lá registradas. Como os documentos de Jacobina não foram analisados, não consegui localizar quando José comprou alguns imóveis, o escravizado Afonso e a própria Andreza.

Os recursos de José e Andreza são melhor compreendidos dentro do contexto econômico de Morro do Chapéu. Quem nos ajuda nessa empreitada é, mais uma vez, Jackson Ferreira (2018), que em sua obra apresentou uma tabela sobre a riqueza dos morrenses, elaborada com base nos inventários. Para esses cálculos, o autor desconsiderou a fortuna do casal formado pelo Coronel Quintino Soares da Rosa e sua esposa Umbelina Adelaide de Miranda, por destoar do restante dos moradores. Esse casal sozinho detinha uma fortuna calculada em 87 contos, 377 mil e 511 réis (87:377\$511).

Pelas estimativas de Ferreira (2018, p. 150), o casal formado por José e Andreza se posicionava entre as 18 pessoas, ou 10%, mais ricas (média de 15 contos, 373 mil e 786 réis) e as 55 pessoas, ou 30%, intermediárias (3 contos, 355 mil e 877 réis). Os bens pertencentes ao casal, que consegui localizar, alcançaram a soma de 6 contos e 701 mil réis, quase duas vezes mais que a média do grupo imediatamente abaixo dos mais ricos. Como não sabemos o valor exato de seus bens, e levando em conta que os cálculos de Ferreira foram feitos a partir de médias, acredito que o casal de libertos estivesse mais próximo da primeira faixa. Portanto, esses libertos trilharam um caminho de sucesso, conseguindo não só se libertar do cativeiro, mas também acumular patrimônio suficiente para figurar entre os mais ricos moradores de Morro do Chapéu, ou seja, faziam parte da elite econômica local.

Quadro 1 - Relação de bens do casal José Gomes de Araújo e Andreza Maria do Espírito Santo

DESCRIÇÃO	VALOR	OBSERVAÇÃO
Casa na rua do Fogo.	200\$000	Comprado por José, 20/08/1849
Posse de terras nas serras denominadas Santo Antônio.	400\$000	Comprado por José 16/03/1851
Maria, escravizada cabra (22 anos).	400\$000	Comprado por José 18/03/1853
Metade da posse de terras da fazenda Campo Alegre.	250\$000	Comprado por José 18/02/1854
Alexandre, escravizado pardo.	800\$000	Comprado por Andreza 12/07/1853.
Afonso, escravizado africano.	200\$000	Comprado por José Vendido por Andreza em 09/11/1855.
Casa na rua do fogo.	100\$000	Comprada por Andreza vendida por Andreza 13/05/1863.

Casa coberta de telhas, na rua do fogo.	200\$000	Vendida pelo herdeiro João Gomes de Araújo.
Casa com duas janelas e duas portas.	300\$000	Vendida pela herdeira Maria Conceição e o marido Quintino Dias Coelho.
Casa grande, tinha cinco portas (quatro de frente de loja e venda e uma de frente do corredor) e três janelas na frente, na rua do fogo.	2:400\$000	Foi a leilão durante a execução da hipoteca.
Casa pequena bastante arruinada com uma porta e uma janela, na rua do fogo.	100\$000	Foi a leilão durante a execução da hipoteca.
Casa coberta de telha, com três portas de frente e duas janelas.	1:000\$000	Foi a leilão durante a execução da hipoteca.
Casa com duas portas e uma janela de frente, coberta de telhas.	70\$000	Foi a leilão e como não houve arrematadores, foi entregue ao credor.
Uma posse de terreno pegado na mesma casa com um quintal de madeira.	15\$000	Foi a leilão e como não houve arrematadores, foi entregue ao credor.
Uma posse de terras na fazenda Campo Alegre.	135\$000	Foi a leilão e como não houve arrematadores, foi entregue ao credor.
Um burro queimado.	75\$000	Foi a leilão e como não houve arrematadores, foi entregue ao credor.
Dois carros de madeiras já usadas para curral.	6\$000	Foi a leilão e como não houve arrematadores, foi entregue ao credor.
Mesa de Jantar da casa grande com 3 gavetas	16\$000	Foi a leilão durante a execução da hipoteca.
Um estrado na casa grande.	20\$000	Foi a leilão durante a execução da hipoteca.
Uma mesa pequena com duas gavetas.	10\$000	Foi a leilão e como não houve arrematados, foi entregue ao credor.
Uma cama de couro.	4\$000	Foi a leilão e como não houve arrematados, foi entregue ao credor.
Total	6:701\$000	

Fonte: Carvalho, 2023, p.114.

Obviamente que essas posses não significavam integração total ao universo dos senhores e das senhoras brancas. Conseguir a alforria e adquirir recursos suficientes para ter uma vida relativamente confortável, senão para sempre, pelo menos por algum tempo, era apenas uma das faces da mobilidade e das barreiras que homens e mulheres negros tiveram de vencer. Outras foram escaladas, mas não vencidas, como a cor e a mácula da escravidão e, no caso de José, ainda havia o fato de ser um africano. Esses limites são apresentados por Chalhoub (2012) e Reis (2016), com a trajetória do Manoel Ricardo.

Segundo Elisangela Ferreira, para figurar entre os grupos de prestígio e poder do sertão, os indivíduos deveriam possuir um conjunto de condições, entre as quais, prestígio familiar, ocupação de postos na administração e na justiça municipal, detenção de patentes militares, um domínio das letras e contas. Além disso, ser “branco ou assim considerado certamente aumentava a margem de aceitação” (FERREIRA, 2023, p. 179-180).

José e Andreza não atendiam a todos esses requisitos, e uma questão ainda permanece em aberto: com o que mesmo o casal negociava? Encontrei pistas de seus negócios no inventário de Ana Joaquina dos Reis, moradora de Morro do Chapéu, falecida em junho de 1856, data posterior à morte de José.¹⁵ Nesse documento, foi anexada uma conta que o marido e inventariante de Ana Joaquina, Zacarias da Silva Café, manteve com Andreza durante a doença de sua esposa, e até o falecimento desta.

Em novembro de 1857 havia dois anos que Andreza estava à frente dos negócios, mas provavelmente mantinha as estratégias administrativas dos tempos de seu finado marido, afinal, estavam dando certo. Como se vê no Quadro 2, sua casa comercial era bastante diversificada, com venda de alimentos, material de construção, tecidos, artigos para costura; uma típica loja de secos e molhados. Andreza emprestava dinheiro e negociava com animais. Prova disso foi o poldro que recebeu de Zacarias como pagamento. Suponho que, para dar conta de seu empreendimento, contava com os braços dos escravizados que lhe tocaram na partilha, ou mesmo alugava os serviços de jornaleiros. Também é possível que estabelecesse parceria com pequenos comerciantes existentes na sede ou em outras povoações da freguesia e posterior Vila de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, e até em outras vilas.

¹⁵ Inventário de Ana Joaquina dos Reis, 1857-1858. Morro do Chapéu-BA, FCA, Sala do Cível, Processos Cíveis, cx. 1857-1868, fl. 45-45v.

Quadro 2 – Relação das contas de Zacarias Café com Andreza Maria do Espírito Santo

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
[2] Libras de bacalhau	\$320	\$640
[2 e ½] varas de masclado	\$500	1\$250
[2] ditas de brim	\$800	1\$600
[Ilegível] lis de lã		2\$000
[2 varas] de algodão rº trançado	\$360	\$720
Resto de uma canada de cachaça		1\$000
[Ilegível] Libras de toicinho por		1\$000
Dita de dº		\$320
[Ilegível] Ditas de açúcar por		4\$080
Meio alqueire de farinha	1\$000	2\$000
Quarta da dita		\$800
[3] Vara de Baêta	\$720	2\$160
[5] Varas de madrasta fina	\$400	2\$000
[10] Varas de chita	\$240	2\$400
[Ilegível] de empréstimo em dinheiro		2\$000
Mais em dinheiro		1\$000
Mais [em dinheiro]		3\$000
[3] Cazais (sic) de colheres de latão	400	1\$200
Lata mim. de arroz		\$480
Mais de empréstimo em dinheiro para a Senhora Raimunda		10\$000
Mais		1\$000
Mais que emprestou o Sr. Antonio quando eu estava em cima.		5\$000
Mais que tomou ao Sr. Antonio 4 (sigla) de carne Seca		1\$000
[4] varas de algodão rº trançado	\$360	1\$440
Telhas por		3\$200
Recebi por conta	Soma	51\$370
Conta do que comprou e do que deu por conta até o dia 11 de Março de 1856 [trecho danificado por partes amassadas e rasgadas]		19\$720
Deve		31\$650
Transporte		
Vem somando		31\$000
Recebeu por conta um Poldro de ano por		25\$000
Deve		6\$000
3 de novembro de 1857 Andreza Maria do Espírito Santo		

Fonte: Carvalho, 2023, p.118.

Uma característica marcante dos negócios no sertão eram as compras a prazo, nesse sistema, as dívidas podiam rolar por anos. Era muito comum que grandes e médios negociantes locais como Andreza e José comprassem a prazo nas praças de Salvador, Feira de Santana e Cachoeira, para sortir de mercadorias suas lojas, ou para fazer negócios em outras partes do sertão, trocando, por exemplo, fazendas secas por gado. A própria Andreza nos indica essa movimentação na conta apresentada no Quadro 2. Ao registrar o empréstimo ao senhor Zacarias Café, foi anotado que ela estava “em cima”. Geralmente essa era a expressão que os morrenses utilizavam para se referir às localidades situadas à

margem do São Francisco, entre elas a Vila do Urubu. “Em cima” também poderia se referir a locais ainda mais distantes, como a Vila de Santa Rita do Rio Preto, próximo da província do Piauí.¹⁶ Localmente, negociantes, lavradores, criadores, vaqueiros e aqueles que vivam de suas agências faziam parte de um mesmo sistema financeiro que se retroalimentava. Nesse esquema interligado, se um grupo enfrentava dificuldades, os demais também sofriam prejuízos. E foi isso que aconteceu durante as secas nos períodos de 1857-1861 e 1869-1870, que provocaram o colapso da economia sertaneja e diferentes problemas na província da Bahia como um todo (Reis; Aguiar, 1996).

Em Morro do Chapéu, os prejuízos dos comerciantes foram grandes por conta da crise estabelecida pela seca de 1857 a 1861. Nesse cenário de fome, miséria e pobreza, bem retratado por Gonçalves (2000) e por Santos (2017) para a Bahia, Andreza se viu obrigada, no ano de 1860, a hipotecar duas de suas casas para tomar emprestado o valor de 1 conto, 381 mil e 298 réis (1:381\$298) ao comerciante Joaquim Pacheco de Miranda e sua mulher Domitila Gomes de Miranda, residentes em Cachoeira. Com essa movimentação certamente ela esperava se recuperar da crise, comprar mais produtos para sortir sua loja e voltar a fazer bons negócios. Porém, as consequências da grande seca persistiram e Andreza começou a vender seus bens, talvez para pagar os juros de 2% referente a esse empréstimo. Em 1863, ela vendeu uma casa que havia comprado na rua do fogo por 100 mil réis (100\$000) e uma parte de terras na Fazenda Santo Antônio, herança de José, por 160mil réis.¹⁷

A seca também atingiu as finanças de João Gomes de Araújo, crioulo, filho de José. Em 1861, ele já se encontrava emancipado e passou uma procuração para Florêncio Rodrigues de Oliveira para vender uma casa herdada do pai, no valor de 200 mil réis (200\$000).¹⁸ No ano seguinte, ele vendeu, por meio do mesmo procurador, duas partes de terras que também havia herdado do pai nas fazendas Santo Antônio e Campo Alegre,

¹⁶ Inventários diversos dão conta das transações comerciais dos moradores de Morro do Chapéu com negociantes de Feira de Santana, Salvador, Cachoeira, Lençóis, Santa Rita do Rio Preto etc.

¹⁷ Registro de compra e venda de uma casa na rua do Fogo, 13/03/1863. Morro do Chapéu-BA, FCA, Livro de Nota 1861-1869, Tabelionato, 40v-41. Registro de compra e venda de uma parte de terra na Santo Antonio, 15 de março de 1863. Morro do Chapéu-BA, FCA, Livro de Nota 1861-1869, Tabelionato, 42-43.

¹⁸ Procuração passada por João Gomes de Araújo ao Alferes Florêncio Gomes de Araújo, 16 de setembro de 1861. Morro Chapéu-BA, FCA, Livro de Nota 1861-1869, Tabelionato, fl. 15-16.

por 140 mil réis. Possivelmente João se desfez dessas propriedades para tentar salvar o negócio da família, no qual acredito que tivesse parte.¹⁹

O sertão desde cedo se mostrou um território difícil, que de tempos em tempos castigava seus moradores com estiagens severas. João Gomes de Araújo, assim como outros sertanejos, sabia da importância da família. Para Elisângela Oliveira Ferreira (2023, p. 180): “a aventura do sucesso naquela sociedade, ou seja, a busca pela segurança e a luta pela manutenção de uma posição social não foi de maneira alguma uma empreitada individual, mas fundamentalmente familiar”. Assim, o momento exigia a união da família em prol da sobrevivência material.

As tentativas familiares de recuperar o negócio não foram suficientes. Andreza não conseguiu pagar a hipoteca. Em maio de 1864 seus credores vendaram a dívida para Florêncio Rodrigues de Oliveira, o mesmo que atuou como procurador de João na venda da casa e dos terrenos.²⁰ É possível que essa negociação tenha sido feita com a intervenção de Andreza. Talvez ela considerasse mais prudente dever a um morador da freguesia, imaginando que um conhecido de longa data poderia ser mais sensível à sua situação, uma vez que também vivenciava os prejuízos consequentes da seca. Contudo, parece que a relação entre Florêncio e Andreza não estava em seu melhor momento, ou Florêncio não tinha condição de esperar, pois meses depois ele entrou na justiça para cobrar a dívida, alcançando sentença favorável. De acordo com a sentença, Andreza deveria pagar o valor de 3 contos, 430 mil e 605 réis (3:430\$605), referentes ao principal e juros, no prazo de dez dias.

Passado, e muito, do prazo, em 10 de outubro de 1864, Florêncio Rodrigues de Oliveira foi à justiça mais uma vez, na vila de Jacobina, para solicitar o cumprimento da sentença alcançada anteriormente no mesmo Juízo. Para sua garantia, pediu que Andreza fosse intimada a pagar a dívida no prazo de vinte e quatro horas, ou entregasse bens para penhora no mesmo valor. Dias depois, Florêncio informou que Andreza tinha se “ocultado” e, por isso, solicitava que fosse citada onde quer que estivesse dentro do termo para a audiência de avaliação dos bens penhorados.

¹⁹ Registro de compra e venda de duas partes de terras uma na fazenda Santo Antônio e outra na Campo Alegre feita por João Gomes de Araújo à José Theodoro de Araújo, 26 de maio de 1862. Morro Chapéu-BA, FCA, Livro de Nota 1861-1869, Tabelionato, fl. 15-16.

²⁰ Registro de transferência de hipoteca feita por Joaquim Pacheco de Miranda e a mulher Domitila Gomes de Miranda para o Tenente Florêncio Gomes de Araújo, 17 de maio de 1864. Morro Chapéu-BA, FCA, Livro de Nota 1861-1869, Tabelionato, fl. 58-59.

Andreza foi encontrada no Comércio do Ventura, como descrito no início deste artigo. Àquela altura, mesmo à revelia de Andreza, já havia sido feita a penhora de alguns bens: uma casa grande, que tinha cinco portas (quatro de frente de loja e venda e uma de frente do corredor) e três janelas na frente; uma casa pequena bastante arruinada com uma porta e uma janela; uma casa coberta de telha, com três portas de frente e duas janelas, todas na rua do Fogo. Além das casas, também foi penhorada uma mesa de jantar grande com três gavetas e um estrado na casa grande.

Andreza fez de tudo para atrasar o processo, deixou de comparecer às audiências e de cumprir com os prazos legais, mas, mesmo assim, seus bens foram avaliados e seguiram para o leilão em praça pública. A arrematação foi feita pelo Capitão Anibal Pereira Borges, morador na vila de Jacobina Velha, que pagou a quantia de 3 contos, 546 mil réis (3:546:000). Tudo ocorreu à sua revelia ²¹

O dinheiro proveniente do leilão não foi todo para o credor. Durante o processo o coronel Quintino Soares da Rocha, tutor das filhas menores de Andreza, Maria e Guilhermina, entrou com uma petição solicitando que fosse dada prioridade ao pagamento de uma dívida que a mãe tinha com as órfãs no valor de 600 mil réis. Essa quantia era proveniente de uma dívida que Andreza havia cobrado ao coronel Manoel Barbosa de Souza, homem branco e rico morador de Morro. Através dos documentos anexados aos autos tive conhecimento que essa dívida era anterior a 1857, pois, quando da prestação de contas realizada por Quintino nesse ano, o Juiz dos Órfãos determinou que fosse feita a cobrança.

Naquele momento, Quintino saiu em defesa de Andreza e disse que ela já tinha oferecido uma casa no adro da Igreja para pagar a dívida, mas ele não tinha aceitado por não ser um bom negócio para as órfãs, pois seria necessário retornar quantia maior que a dívida a receber. Também salientou que era muito mais vantajoso investir em gado vacum ou cavalariço, sendo assim seria melhor receber o valor em dinheiro líquido. Aqui, estamos acompanhando a visão de negócios de um experiente criador de gado, tido por seus contemporâneos e desafetos como riquíssimo.

O coronel Quintino sabia como fazer o dinheiro render com investimentos no ramo da pecuária. Diante dos argumentos, o juiz autorizou que Quintino procedesse da

²¹ Processo de execução de hipoteca contra Andreza Maria do Espírito Santo, 1864-1867. Morro do Chapéu-BA, FCA, Sala do Crime, Processos Crimes, cx. 1840-1869.

melhor maneira, inclusive, podia conceder mais prazo. E foi essa a escolha de Quintino, que apresentou uma declaração de Andreza, reconhecendo a dívida e assumindo o compromisso de pagar o mais brevemente possível. Nessa declaração, Andreza fez questão de citar que ainda não tinha executado o pagamento por conta da “crise”. Claramente se referia à seca que assolava a região.

A fresta aberta por esse processo nos permite visualizar uma mulher negra, escravizada, negociando com homens brancos numa sociedade fortemente hierarquizada e patriarcal. Nesse contexto, Andreza conseguiu aprofundar as relações construídas por José Gomes de Araújo com o coronel Quintino Soares da Rocha. Em um momento de dificuldade, pode valer-se de sua proteção em favor próprio e em benefício de suas filhas. Suspeito que o poderoso coronel não aceitou a tutoria das filhas de Andreza por mera caridade, mas sim porque lhe rendia poder e prestígio, além de alguns mil réis disponíveis para fazer negócios rentáveis, como, por exemplo, emprestar dinheiro a juros ou investir em gado.

Marília de Oliveira Pinho, em trabalho sobre as relações de dependência na vila de Jacobina, cujo personagem principal fora o irmão do coronel Quintino, revelou que durante a realização do inventário da mãe destes, ocorrido entre os anos de 1861 e 1862, o seu irmão, Guilhermino Soares da Rocha, também coronel e Comandante Superior da Guarda Nacional da Vila de Jacobina, denunciou a ganância e ingratidão de Quintino. Em declarações feitas em meio a disputa pelos bens, pôs em dúvida a honestidade e o caráter do coronel Quintino ao relatar a prática de “jogo de velhacaria” e uma “quebra fraudulenta”. Sobre sua atitude de assumir diversas tutorias, disparou: “lembra-te irmão Coronel das viúvas descritas, e inocentes, e *os órfãos de quem tens desfrutado ridículas quantias*”²². Em tom de desabafo, escancarou a ingratidão de Quintino, que não visitava a família há décadas, inclusive a mãe. Tendo comparecido em Jacobina apenas durante o inventário do pai motivado pelo interesse nos bens.

Não é meu foco tratar da briga dos Soares da Rocha, isso foi melhor trabalhado por Marília Pinho (2018). O que me interessa aqui é pensar que aquela querela familiar pode ter interferido no destino de Andreza, pois era justamente o coronel Guilhermino que ocupava o cargo de Primeiro Substituto do Juiz Municipal em 1864. Na primeira etapa do processo, os bens de Andreza foram penhorados, avaliados e leiloados à sua revelia. Buscar

²² Trecho do inventário de dona Maria Dormente extraído de Pinho (2018, p. 23, grifo nosso).

ajuda de um senhor de terra, gado e gente não significava apenas dispor de sua proteção e pequenos favores, ideais para avançar na escada da mobilidade, mas também contrair inimigos tão poderosos quanto.

Mas o jogo da dependência e das trocas de favores podia mudar rapidamente. Em julho de 1865, Florêncio enviou nova petição informando ao juiz que Andreza ainda possuía bens em seu poder e, por isso, solicitava nova penhora. O coronel Quintino, mais uma vez, na condição de tutor, reclamou que havia sido penhorado um burro queimado que não pertencia a Andreza, e sim a sua tutelada Guilhermina. A essa altura, Maria, a filha mais velha, já tinha contraído matrimônio, mas essa história contarei mais adiante. Nessa petição, o coronel Quintino se referia à Andreza como “alienada”. A alegação do coronel sobre o burro não procedia; todavia, o uso do termo alienada para se referir a Andreza chamou a atenção do então Juiz Municipal de Órfãos e Ausentes Doutor Felipe Daltro Castro, que solicitou informações sobre o estado de saúde de Andreza.

A partir desse momento, com a saída do coronel Guilhermino do jogo, a mesa virou a favor de Andreza. Diante da confirmação do estado de “sandice” dela, é nomeado como seu curador o Doutor Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque. O curador respondeu a um questionamento do procurador de Florêncio e, em seguida, deixou o posto por “ter de ausentar-me para o termo de Vila Nova da Rainha”, o que o impossibilitaria de acompanhar mais de perto a ação. Diante disso, foi nomeado o Doutor Manoel Ferreira Soares, a julgar pelo sobrenome se tratava de um parente e talvez aliado do coronel Quintino, que pertencia à família Soares da Vila de Jacobina. Esse curador apresentou um pedido de embargo, alegando diversas irregularidades na condução do processo, ressaltando o fato de Andreza ter sido citada mesmo estando alienada, o que era ilegal, e, portanto, pediu anulação da sentença.

A partir desse ponto o processo caminhou a passos lentos. As partes envolvidas apresentaram documentos comprobatórios de seus argumentos e duas testemunhas foram inquiridas sobre o estado de saúde de Andreza, sendo confirmada sua “sandice”. As testemunhas falaram também que ela havia assumido os negócios após a morte do marido e, antes da doença, costumava ser vista na vila de Jacobina negociando.

O julgamento definitivo do embargo só veio em 19 de fevereiro de 1866, quando mais uma vez o coronel Guilhermino ocupava o cargo de juiz substituto. O embargo foi julgado improcedente e os bens penhorados em 1865 foram avaliados da seguinte

maneira: uma casa com duas portas e uma janela de frente coberta de telhas, a 70 mil réis (70\$000); uma posse de terreno pegado na mesma casa com um quintal de madeira, a 15 mil réis (15\$000); uma posse de terras na fazenda Campo Alegre, a 135 mil réis (135\$000); um burro queimado, a 75 mil réis (75\$000); dois carros de madeiras já usadas para curral, a 6 mil réis (6\$000); uma mesa pequena com duas gavetas, a 10 mil réis (10\$000); e uma cama de couro, a 4 mil réis (4\$000). Esses valores somados não chegavam para pagar o restante da dívida de Andreza. Após dois leilões fracassados, o então Juiz Municipal, Doutor Antônio Joaquim de Souza Paraízo, determinou que os bens fossem entregues ao credor Florêncio Rodrigues de Oliveira, o que foi feito em 7 de setembro de 1867, encerrando assim o processo.

Não temos como apurar se Andreza estava, de fato, alienada, ou se usou desse subterfúgio para embargar o processo e reaver seus bens. O que podemos afirmar é que, ao buscar ajuda do coronel Quintino, e quem sabe de outras pessoas que não aparecem na documentação, ela quase conseguiu virar o jogo. Talvez se a sentença fosse dada por um juiz aliado de Quintino o resultado tivesse sido outro. No entanto, o desfecho não diminui o vigor da luta dessa liberta, que soube acessar os mecanismos disponíveis para lutar pelo patrimônio e pela segurança material de sua família. Andreza é um exemplo de que mulheres negras sabiam utilizar dos recursos disponíveis e estabelecer alianças em seu favor.

Redes de solidariedades e compadrio

Durante o processo de execução da hipoteca contra Andreza, o coronel Quintino Soares da Rocha se preocupou em defender os direitos de suas tuteladas, não somente porque exercia seu dever de tutor, mas também para cumprir com o dever moral de defender os interesses da afilhada de sua esposa. Maria, a filha mais velha de Andreza e José, fora batizada por dona Umbelina Adelaide de Miranda, esposa do coronel, e o seu pai, o major Manoel Joaquim da Silva Miranda²³. Mesmo o coronel não se fazendo

²³ Suponho que o major Manoel Joaquim da Silva Miranda, ou simplesmente major Miranda, fosse tropeiro devida à grande quantidade equinos, muares e asininos encontrados na partilha amigável de sua esposa em 1850. Todos os 250 equinos eram éguas e todos os asininos eram jumentos pastores, aqueles com capacidade de cruzar com éguas para gerar muares. Partilha amigável de Izabel de Souza Lemos, APB, Judiciário, Partilha Amigável de Izabel de Souza Lemos, 1850-1851, Class. 03/1334/1803/04.

presente durante o ritual de batizado, o fato de sua esposa ter se tornado comadre de Andreza estabelecia indiretamente uma ligação entre eles, pois, no papel de cabeça do casal, era o coronel quem defendia publicamente os interesses de dona Umbelina. Sendo assim, o casal protegeu a comadre Andreza e sua família, quando solicitou que fosse dada preferência ao pagamento da dívida que ela tinha com as filhas, e também quando trouxe à tona sua condição de saúde, o que quase garantiu a anulação da sentença. Em momento algum, o coronel Quintino fez acusações contra Andreza, pelo contrário, ressaltou sua honestidade e as dificuldades enfrentadas com a crise gerada pela seca.

Para Solange Pereira da Rocha (2009), o compadrio era uma instituição bastante utilizada no Brasil oitocentista para a construção de laços simbólicos. A escolha dos padrinhos não se guiava apenas por afinidades entre pessoas amigas ou parceiras nos negócios, mas sim pela possibilidade de estabelecer uma relação com alguém que tivesse condição de amparar o afilhado e sua família. O batizado selava a ligação espiritual entre padrinhos e afilhados, que se estendia aos compadres e comadres. Sendo assim, a escolha deveria ser criteriosa, os pais geralmente optavam por alguém “que pudesse assumir a criação da criança caso estes faltassem, mas também ajudá-la, no momento propício, encaminhando-a na vida, utilizando-se para tanto de suas relações ou posição de prestígio na comunidade” (Oliveira, 1995-1996, p. 185).

Andreza também foi vista como alguém que atendia a esses pré-requisitos dentro da comunidade negra de Morro do Chapéu, pois compareceu algumas vezes ao altar para batizar filhos de escravizadas, libertas e livres. O primeiro registro que localizei de Andreza sendo madrinha foi no batismo de Clemente, filho legítimo de Manoel Domingues e Constância, escravizados do major Miranda, o mesmo que seria escolhido para padrinho de sua filha Maria quatro anos depois.²⁴ A cerimônia aconteceu em dezembro de 1844 e o padrinho foi Simão Coelho, homem pardo livre, cujo filho se casaria, quase 20 anos mais tarde, com Maria, filha de Andreza e José.²⁵ Nessa ocasião, Andreza ainda se encontrava na condição de cativa, porém, foi vista por essa família de escravizados como uma pessoa capaz de oferecer amparo e proteção. Se as suposições que fiz anteriormente estiverem corretas, em 1844 Andreza já mantinha uma relação

²⁴ Registro de batismo de Clemente, escravizado, 26 de dezembro de 1844. Morro do Chapéu-BA, Livro de Batismo 1838-1860, fl. 50v.

²⁵ Registro de casamento de Quintino Dias Coelho e Maria de Araújo Conceição, 26 de novembro de 1863. Morro do Chapéu-BA, Livro de Casamento 1839-1867, fl. 155v.

consensual com José, seu senhor e bem-sucedido negociante africano. Sendo assim, estava em condição de oferecer amparo ao afilhado.

Por mais cinco vezes, Andreza retornou ao altar no papel de madrinha quando ainda era cativa.²⁶ Isso demonstra que ela gozava de prestígio mesmo antes de se tornar liberta e oficializar sua união com José. Dois anos depois de sua manumissão, ela batizou mais três crianças, sendo uma delas escravizada do major Manoel Joaquim da Silva Miranda, uma menina chamada Clara, filha de Miquelina.²⁷ À essa altura, os laços entre Andreza e os escravizados do pai de dona Umbelina haviam se estreitado ainda mais, pois ela e José já eram comadre e compadre do major Miranda.²⁸ Após a morte de José, Andreza batizou Marciana, filha de Adriana, ambas cativas do coronel Quintino.²⁹ A cerimônia ocorreu em 1857 e João Gomes de Araújo, filho de José e enteado de Andreza, foi o padrinho.

Cabe aqui uma pequena pausa para melhor explicar as relações entre os Gomes de Araújo e os escravizados do coronel Quintino e de dona Umbelina. Vimos que em 1844 Andreza já possuía ligações com os escravizados do pai de dona Umbelina, e foi escolhida como madrinha de alguns deles. Em 1848, Maria, filha de Andreza e José, foi batizada por dona Umbelina e seu pai. Acontece que essa senhora era filha única e, após o falecimento da mãe em 1850, ela e seu marido, o coronel Quintino, herdaram terras, gado e os escravizados.³⁰ Por conseguinte, as relações construídas por Andreza e José com a família do major Miranda e seus cativos também foram transferidas para o casal Soares da Rocha. Após a morte de José, a família Gomes de Araújo estreitou ainda mais as relações com a Gurgalha, propriedade onde residia o coronel Quintino, seus cativos e boa parte de seus agregados. A administração dos bens dos menores, João, Maria e

²⁶ Registro de batismo de Theodora, 17 de novembro de 1849. Morro do Chapéu-BA, Livro de Batismo 1838-1860, fl. 86-86v; Registro de batismo de Miliana, 6 de janeiro de 1850. Morro do Chapéu-BA, Livro de Batismo 1838-1860, fl. 87; Registro de batismo de Antonia, escravizada, 24 de junho de 1850. Morro do Chapéu-BA, Livro de Batismo 1838-1860, fl. 89; Registro de batismo de Joana, 21 de julho de 1850. Morro do Chapéu-BA, Livro de Batismo 1838-1860, fl. 89.

²⁷ Registro de batismo de Clara, escravizada, 10 de outubro de 1852. Morro do Chapéu-BA, Livro de Batismo 1838-1860, fl. 103. Registro de batismo de Silvestre, 1º de junho de 1852. Morro do Chapéu-BA, Livro de Batismo 1838-1860, fl. 100v; Registro de batismo de José, 8 de setembro de 1852. Morro do Chapéu-BA, Livro de Batismo 1838-1860, fl. 102v; Registro de batismo de Constantina, 11 de outubro de 1853. Morro do Chapéu-BA, Livro de Batismo 1838-1860, fl. 107v.

²⁸ Registro de batismo de Maria, escravizada, 31 de dezembro de 1848. Morro do Chapéu-BA, PNSG, Livro de Batismo 1838-1860, fl. 73.

²⁹ Registro de batismo de Marciana, escravizada, 23 de agosto de 1857. Morro do Chapéu-BA, PNSG, Livro de Batismo 1838-1860, fl. 153

³⁰ Partilha amigável de Izabel de Souza Lemos, 1850. Salvador, APEB, Seção Judiciária, Testamentos e Inventários, Class. 03/1334/1803/04.

Guilhermina, coube ao coronel Quintino. Como responsável espiritual por Maria, dona Umbelina deveria cumprir com seu dever cristão e amparar a família de sua afilhada que passava por dificuldades.

Enquanto o coronel Quintino defendia os interesses de suas tuteladas nos tribunais, Andreza, e quiçá dona Umbelina, cuidavam do futuro de Maria, buscando um noivo. Não podemos esquecer que o matrimônio era um negócio de família e nada mais justo que mãe e madrinha se incumbissem dessa responsabilidade. O escolhido foi Quintino Dias Coelho, filho legítimo de Exalta da Silva Canário e Simão Dias Coelho, o mesmo que batizou Clemente em 1844 junto com Andreza. Segundo Sampaio (2017) e Dias (2020), a família Dias Coelho era pequena proprietária de terras nas margens da Fazenda Gurgalha, e assim como os Gomes de Araújo eram negros e agregados do coronel Quintino e dona Umbelina. Portanto, o jovem Quintino Dias Coelho atendia às expectativas: sua condição socioeconômica era compatível com a de Maria. Acredito que o coronel Quintino também tenha sido consultado, afinal, a partir do momento que o matrimônio fosse celebrado, a herança de Maria seria entregue ao novo casal e administrada, em público, pelo esposo. Feitas as ponderações necessárias, o casamento foi realizado em 26 de novembro de 1863, faltando poucos dias para Maria completar 15 anos.

Poderia avançar mais na trajetória dessa família e prosseguir para o período republicano, mas esse não é exatamente o propósito deste artigo. Finalizo aqui afirmando que, seguindo as estratégias utilizadas por seus avós maternos e paternos, Francisco Dias Coelho, filho de Maria Araújo da Conceição e Quintino Dias Coelho, se tornou o coronel Negro da Chapada Diamantina, “o maior comerciante de pedras preciosas da Bahia” (Sampaio, 2017, p. 162). Ele dominou o cenário econômico e político de Morro do Chapéu na primeira metade do século XX. O coronel Dias Coelho foi a materialização de um projeto de mobilidade gestado por dois escravizados, um africano e uma mulata, que, apesar dos percalços, foram “vitoriosos”.

Considerações finais

Os bens adquiridos por José Gomes de Araújo e Andreza Maria do Espírito Santo não resistiu à crise que a seca entre os anos de 1857 e 1861 espalhou pela Chapada Diamantina e por outras paragens do sertão. Para sobreviver em tempos tão difíceis, foram

fundamentais as relações tecidas durante anos no seio da elite morrense. As redes construídas dentro da comunidade negra de Morro de Morro do Chapéu, e com o casal Soares da Rocha, estrategicamente cultivadas por Andreza após o falecimento de José, garantiram proteção e amparo a sua família. Como mostrou Chalhoub (2003) em outro contexto, as ações do casal José e Andreza também não eram exceções no cenário social do Brasil oitocentista, em especial de Morro do Chapéu, onde os indivíduos buscavam fazer alianças em nível horizontal e vertical, constituindo relações de dependência, essenciais para a garantia da sobrevivência e proteção.

Tornar-se liberto na Morro do Chapéu do século XIX não significava total independência. O topo da hierarquia social era ocupado pelos grandes proprietários de terra e criadores de gado, que mantinham o domínio sobre as áreas férteis e as melhores fontes de água, recursos tão importantes para uma região continuamente castigada pela estiagem. Nessas condições, libertos e livres, negros e brancos de menor cabedal, precisavam estabelecer relações de dependência com os grandes proprietários de terra, gado e gente para ter acesso a esses recursos e proteção. Pequenos proprietários e negociantes como José e Andreza não estavam livres dessas teias que envolviam todos os indivíduos em maior ou menor grau. As relações de dependência se caracterizavam por trocas e poderes desiguais. Nesse jogo de dominação, os dependentes também sabiam como extrair os favores dos poderosos. Vimos, como na condição de tutor das órfãs e esposo da comadre de Andreza, o coronel Quintino Soares da Rocha precisou intervir no processo de execução da hipoteca para defender os interesses de Andreza e suas filhas.

A trajetória da mulata liberta, Andreza Maria do Espírito Santo, nos aproxima de outros indivíduos, mulheres e homens negros que vivenciaram suas vidas e travaram suas lutas por autonomia em Morro do Chapéu, especialmente na segunda metade do século XIX. Dentre esses sujeitos, destaca-se José Gomes de Araújo, africano que chegou ao sertão ainda “moleque” e, após anos de trabalho, pagou pela sua liberdade e viveu como um homem de posses no seio da família formada com Andreza. Partimos de uma trajetória individual e chegamos a uma experiência que é coletiva, partilhada pela “gente negra” morrense, que lutou por melhores condições de sobrevivência e liberdade.

Referências bibliográficas

- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- CARVALHO, Sheyla Oliveira. **Andreza, mulata e José, africano**: trajetórias de escravidão e liberdade no sertão da Bahia (Morro do Chapéu, século XIX). 2023. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, Universidade do Estado da Bahia, Irecê, BA, 2003
- CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DIAS, Ana Lécia Silva. **Ascensão de duas famílias negras no sertão da Chapada Diamantina (século XIX)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, Universidade do Estado da Bahia, Irecê, BA, 2020.
- FARIAS, Juliana Barreto. “Diz a preta mina...”: cores e categorias sociais nos processos de divórcio aberto por africanas ocidentais, Rio de Janeiro, século XIX. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 470-483, set./dez. 2018.
- FARIAS, Juliana Barreto. **Mercados Minas**: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890). Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Casa Civil/Arquivo Geral da Cidade do Rio, 2015.
- FARIAS, Juliana Barreto. Sob o governo das mulheres: casamento e divórcio entre africanos e africanas minas no Rio de Janeiro no século XIX. *In*: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 112-133.
- FERREIRA, Elisangela Oliveira. **Nas variantes do sertão**: trajetórias de famílias do Médio São Francisco (Xique-Xique) – século XIX. Salvador: Saggá, 2023.
- FERREIRA, Jackson. **Gurgalha**: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX). Salvador: EDUNEB, 2018.
- GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. *In*: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Tradução de António Narino. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Graciela Rodrigues. **As secas na Bahia do século XIX (sociedade e política)**. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

IBGE. **Recenseamento do Brasil em 1872**: Bahia. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1872. v. 3. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v3_ba.pdf. Acesso em 13 de mar. 2023.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. José Majojo e Francisco Moçambique, marinheiros das rotas atlânticas: notas sobre a reconstituição de trajetórias da era da abolição. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 20, p. 75-91, jan./jun. 2010.

MARTINS, Rômulo de Oliveira. **“Venha na fé de trabalhar em diamantes”**: escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina-Ba (1840-1888). 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX**: uma província no Império. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio; [Brasília, DF]: CNPq, 1988.

NASCIMENTO, Macio Andrade do. **Roças, currais e garimpos**: o trabalhador livre e pobre no sertão baiano dos oitocentos. Morro do Chapéu (1848-1889). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, BA, 2014.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Estrutura fundiária e dinâmica mercantil**: Alto Sertão da Bahia séculos XVIII e XIX. Salvador: Edufba; Feira de Santana: UEFS, 2005.

NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (org.). **Caminhos do sertão**: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Salvador: Arcádia, 2007.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. **Revista da USP**, São Paulo, n. 28, p. 174-193, 1995-1996.

PINHO, Marília de Oliveira. **Coronel e comerciante**: alianças e conflitos na vila de Jacobina, século XIX. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, BA, 2018.

REIS, Adriana Dantas. Mulheres “afro-ascendentes” na Bahia: gênero, cor e mobilidade social. *In*: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (org.).

Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-abolição. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 24-34.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888.** 2007. Tese. (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

REIS, João José; AGUIAR, Márcia Gabriela D. de. Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. **Revista de História**, São Paulo, n. 135, p. 133-160, 1996.

REIS, João José. De escravo a rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista. **Revista de História**, São Paulo, n. 174, p. 15-68, jan./jun. 2016.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual.** São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

SAMPAIO, Moiseis de Oliveira. **O coronel negro: coronelismo e poder no norte da Chapada Diamantina (1864-1819).** 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, BA, 2009.

SAMPAIO, Moiseis de Olivieria. **Francisco Dias Coelho: o coronel negro na Chapada Diamantina.** Salvador: Edufba, 2017.

SANTOS, Janiele de Jesus. **“Não bastava só a misericórdia divina”:** a seca de 1857-1861 na Comarca de Jacobina. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2017.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX.** 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX.** São Paulo: Annablume, 2009.